



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

## ANÁLISE

Análise nº 9/2020/SEDAM-GAD

Do: SEDAM-GAD

Para: Comissão de Licitação KAPPA/SUPEL

Pregão Eletrônico 532/2019/KAPPA/SUPEL/RO

Processo Administrativo Eletrônico nº 0028.374172/2019-27

Objeto: Manifestação acerca do recurso administrativo.

## ANÁLISE DAS RAZÕES RECURSAIS

Em atendimento ao Despacho de ID nº 0011646408, no qual solicita análise técnica das razões recursais interpostos pela empresa ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA, segue abaixo a análise e decisão dos servidores deste Setor:

### 1. SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Recursos Administrativos interpostos pelas empresas ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA (ID nº 0011646316) contra a decisão do Pregoeiro que aceitou a Proposta de Preços e habilitou a empresa LIFE COMERCIO E SERVIÇOS - EIRELI, com base na Análise Técnica da Proposta de Preços nº 3/2020/SEDAM-GAD (ID nº 0011183285).

### 2. DAS RAZÕES RECURSAIS

#### 2.1. ALUMÍNIO ARQUITETURA & CONSTRUÇÕES LTDA

Em síntese a Recorrente alega que, a decisão da Comissão de licitação pela aceitação da Proposta de Preços e habilitação da Recorrida se deu ao arrepio das regras do edital e seus anexos, pois a mesma ateve-se tão somente em apresentar uma declaração cuja redação não deixa claro suas obrigações, nota-se, que a recorrida, apresentou uma pessoa física, a qual seria subjetivamente responsável pelas manutenções e assistências técnicas dos equipamentos, não obstante, verifica-se que o “responsável” pelas assistências técnicas tem seu Registro Geral, inscrito no estado do Mato Grosso, ou seja, possivelmente o mesmo não reside na cidade de Porto Velho – RO.

Alega também que a regra posta (assistência técnica na cidade Porto Velho), tem o condão de resguardar a administração pública, tendo em vista a usualidade dos equipamentos pelos técnicos da SEDAM e Gestores, que necessitam de continuidade dos serviços/reuniões.

A Recorrente também dispõe que o interesse público deve ser resguardado, a manutenção da proposta da empresa recorrida poderá trazer prejuízos, haja vista, que haverá descontinuidade,

quando o equipamento necessitar de assistência técnica de forma urgente, a empresa recorrida que está localizada a km 2.287 (Goiás) de distância de Porto velho, ou a convocação do “outorgado” por ela tiverem que prestar a devida manutenção dos equipamentos em tempo hábil como preconiza o edital.

Por fim, dispõe o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital. Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes.

Diante afirmação de descumprimento das regras estabelecidas no Edital, esta mesma sustenta a desclassificação da Empresa Life, devendo ser dada sequência ao certame licitatório convocando as demais empresas classificadas, e caso não seja acatado pelo Pregoeiro qualquer um dos pedidos formulados, requer seja o presente Recurso Administrativo remetido à Autoridade Superior para o seu julgamento, com a instrução adequada do processo.

### **3. DAS CONTRARRAZÕES**

#### **3.1 – LIFE COMERCIO E SERVIÇOS – EIRELI**

A Recorrida apresentou suas Contrarrazões aos recursos interpostos, conforme ID nº 0011646346.

Em síntese, a Contrarrazoante contesta as razões de Recurso apresentada pela Recorrente, para tanto a Recorrida dispõe inicialmente que a Recorrente, em suas razões de recurso contenta-se citar os itens 6.1; 6.2; 6.3 e 6.5 do Termo de Referência do Edital, para em seguida, aduzir que a empresa Recorrida teria apresentado o nome de uma pessoa física, como sendo o responsável técnico pela assistência técnica, com registro em outro Estado, o que não atenderia ao Edital para comprovar a assistência técnica.

A Recorrida afirmou que a Recorrente teria apresentado uma pessoa física com responsável técnico, com registro em outro Estado. Todavia, isso seria muito estranho, segundo a Recorrida, uma vez que ela não teria apresentado qualquer documento afirmando que uma pessoa física seria a responsável técnica pela assistência nos objetos.

Alega também a Recorrida que as razões de recurso da Recorrente ficaram somente no campo hipotético, e que a mesma não trouxe provas aos autos a demonstrar que a Recorrida não teria assistente técnica no local.

Neste sentido, visando excluir qualquer dúvida acerca assistência técnica, segue a relação a técnica:

Nome Empresarial: Israel Moraes dos Santos 61683540263

Cnpj nº 13.785.133/0001-62

End. Rua Raimundo, Cantuaria, nº 2394, Bairro Mato Grosso – Porto Velho – Rondônia.

E-mail: Israelpintura78@gmail.com

Tel. (69) 9.8117-0781.

A Recorrida também dispõe que a eventual inabilitação da mesma por esse simples motivo, evidencia nítido desvio quanto aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, moralidade, proporcionalidade, razoabilidade e da busca pelo interesse público. Isso porque, a exigência de comprovação afeta à qualificação técnica deve estar restrita ao mínimo indispensável à execução do objeto, nos termos estabelecidos pelo art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal.

Por fim, a Recorrida expõe que a Lei de Licitações proíbe, de modo expresso, critérios ou fatores ocultos ou sigilosos, devendo ser aplicada a mais absoluta objetividade no julgamento.

#### 4. DO MÉRITO – DA ANÁLISE DO RECURSO

Antes de adentrarmos no mérito, há de se ressaltar que, é certo que a Administração está vinculada às normas e condições estabelecidas no Edital, porém não deve, contudo, em homenagem ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, diante das documentações anexadas aos autos, prestigiar de forma exacerbada o rigor formal, a ponto de prejudicar o interesse público, que no caso, afere-se pela Proposta mais vantajosa. Pois bem. Extraí-se das razões recursais interpostas que os inconformismos das Recorrentes recaem sobre a forma de apresentação dos documentos referente a Proposta de Preços e sobre a realização de diligência, que culminou na aceitação da Proposta de Preços e consequentemente habilitação da Recorrida.

A Recorrente informa que Recorrida o esta inabilitada de participar dessa licitação, visto que POSSIVELMENTE esta não teria assistência técnica na cidade de Porto Velho.

O Termo de Referência, de fato, determina que Empresa comprove a capacidade de assistência técnica por empresa concessionária, estabelecida na cidade de Porto Velho - Estado de Rondônia.

Ocorre que a Empresa LIFE COMERCIO E SERVIÇOS – EIRELI declara tanto na Proposta ID 0011143206 (pag. 6) e na Declaração ID 0011143206 (pag. 52) que possui assistência técnica “in sito” nos locais que estiverem instalados/operando, em acordo com o edital.

Pois bem, o Termo de Referência não exige apresentação de algum documento específico, mas tão somente que a Empresa comprove que possui assistência técnica na cidade, o que foi suprido na Declaração.

Ademais, a Recorrida visando extirpar qualquer dúvida relacionada a este assunto, incluiu em sua Contrarrazões os dados referente ao responsável pela Assistência Técnica na cidade de Porto Velho, conforme já foi demonstrado anteriormente.

Por fim, vale dizer, que a Recorrente faz afirmações baseada em suposições e que não apresentou provas de que a Empresa recorrida não possui assistência técnica na cidade.

#### 5. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, este GAD, consubstanciado pelos procedimentos adotados em prol dos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, vínculo ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pela documentação anexada aos autos, pelas regras do edital e com base na legislação pertinente, S.M.J., opina pela manutenção da decisão que aceitou a Proposta de Preços e habilitou a empresa **LIFE COMERCIO E SERVIÇOS – EIRELI**.

**IRVING BORGES VITORINO**

Assessor GAD/COPAF/SEDAM

**KATIUSCIA DIAS IZIDORO**

Gerente Administrativa/COPAF/SEDAM

Ratificamos a análise técnica nos termos apresentados.

**MARCO ANTONIO GARCIA DE SOUZA**

Coordenador de Patrimônio Administração e Finanças - COPAF

**ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM



Documento assinado eletronicamente por **Irving Borges Vitorino, Assessor**, em 25/05/2020, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **KATIUSCIA DIAS IZIDORO, Gerente**, em 25/05/2020, às 23:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Garcia de Souza, Coordenador(a)**, em 26/05/2020, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA, Secretário(a)**, em 26/05/2020, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0011659312** e o código CRC **4F4EC134**.

**Referência:** Caso responda esta Análise, indicar expressamente o Processo nº 0028.374172/2019-27

SEI nº 0011659312